

1

Carta circular a : todas as embaixadas
de Portugal e missões diplomáticas
j- to de :

Senhor Embaixador :



Termina hoje em Paris a 109.ª sessão
do CEX da UNESCO. É por isso chegado o
momento de clarificar algumas estranhas
incoerências — ao nível do conteúdo e da
forma — de q̄ o excessivo zelo dos ^{dirigentes e} serviços
do MNE provocou na redacção da circular
— — — — — , de q̄ os jornais portugueses inde-
pendentes deram a notícia.

Valeria a pena antes de q̄ se considera-
res por a questão prévia do respeito pelas
instituições e pelas pessoas q̄ levam
membros da carreira diplomática ou seus
controladores a referirem-se a um
ex-Primeiro-Ministro e a um Embaixador
já - exonerado das suas funções em
termos de "chamado caso MP". O q̄
não será a prática referente a outros
rectores de actividade neste domínio?

Julgo, no entanto, que os atropelos de toda a ordem q̄ o actual Governo tem feito às instituições e nomeada a falta de respeito pelo Supremo Magistrado de N.º do país permitem ~~compreender~~ relativizar o q̄, noutras circunstâncias, seria uma deliberada falta de civildade.

Passo, por isso, ao exame de cada um dos pontos referidos na circular ^{acima} citada.



a) Apresentei de facto as credenciais de Emb.^{or} extr. e plenip. ao DG da UNESCO a 19 Dez 1975, tendo sido chamada em Julho de 1976, p̄ ~~o~~ ^o V Governo Constitucional. ~~q̄ tudo parecia ter-se a desen-
salar máxima de 100 dias. Mas~~

A confiança política dos partidos q̄ hoje o V Governo não foi concedida logo à partida ao Pr. Min. do V Gov. por razões q̄ se encontram ^{durante a discussão do programa do Gov.} clara e expressas no Diário de Sessões da AR onde tanto o Sr. deputado Freitas do Amaral como o Sr. deputado Sá Carneiro utilizaram ^{entre outras} afirmações q̄ a seguir se transcrevem:

Na audiência q̄ me concedeu a ... de 13
Janeiro o Sr. Min. dos Neg. Estr. ~~salvo~~
onde apontou claras as razões da falta de
confiança: "a Sr. By." pertence a um dos
quadrantes durinhos a 2 de 2"; "esse
quadrante é o do socialismo democrático";
"para nós, como sabe, a Constituição é ilegí-
tima". Nenhuma outra razão foi então
invocada.



b) Refere-se visceral a designação de emb.
político" tal como uma imprensa pouco
documentada e ~~em~~ vulgarizado e a ~~o~~
circular do Min. a rebornar. Nem todos os
países ~~utilizam~~ nomeiam emb.^{res} fora da
carreira, ^{q. do o fazem} mas é sabido q̄ tais nomeações
decorrem sobretudo da especial compe-
tência da pessoa nomeada p.º o cargo.

A contradição & utilização do termo está
presente no último período deste parágrafo em
q̄ é clara/iludido o alto caráter
político-partidário do q̄ o Gov. vê
os emb.^{res} q̄ q̄ seja a sua origem
administrativa.

A ~~afirmação~~^{expressão} do leuco de "afectos" ⁴
& confiança política do Governo" é assustadora e índice de q̄ a vida administrativa-política portuguesa se encontra reduzida nos seus escalões + elevados à condição de executora de uma q̄ vontade política. Assim começam todos os sistemas institucionais baseados no partido único.

~~A alegação~~ Forá esse o entendimento da carreira diplomática e não só eu q̄ ^{particular} ~~eu~~ como difícil veia os ^{bons} qualificados, cultos e dignos q̄ existem na carreira ~~sem~~ vivendo pacificamente com tal estatuto de indigência profissional. O direito ao posto ^{formo} ^{reg.º} o RR me não exonerar. q̄ Gov. utilize a arma admin. para me impedir de o assumir, é outra questão. q̄ se caiba o Gov. n̄ é fonte de direito.



c) A grad^{ção} do ~~lealdade~~ ^{vinculo} ao Gov. estabelecido na referida circular entre os diplomatas de carreira e os emb.^{res} q̄ o n̄ são cria uma hierarquia de "confiança" q̄ me parece contrária frontal a p̄ noção de "carreira".

Recuso - - - - -



Haverá assim ~~casos~~ emb.^{res} de 1.º e de 2.º ~~casos~~ ^{emb. res} ou não nomeados como possuído "uma p. de identificação política c/ o gov. em exercício".

Confirmo n̄ ter actual/ q̄ identificação política c/ a orientação do II Gov. Se em Jan. pode dizer honest/ ao Sr. Dir. dos Neg. Estr. q̄ o capítulo de política externa do

programa do V Gov. (CEE/NATO / 6
língua portuguesa) não levantava
stricto sensu o problema no enquadra-
mento de UNESCO, já hoje é possível
dizer o mm. Quem representa
P. na UNESCO ou em o org. int'l
terá hoje dificuldade em explicar
a política de guerra fria, de desconhe-
cimento do funcionamento das org. int'l
e dos n/ compromissos perante eles
bem como o erro diplomático q
o V Gov. tem feito c/ uma incompe-
tência impressionante.

d) Apesar do q acabou de dizer,
é inteiramente falso q a data do envio
d circular do MNE prova o encon-
trado alguma prova da in/actividade
activa ao Governo. Nem durante
o V Gov. (q de resto confere il. ind.)
nem até ao dia dia. em q tornei



conheci/ os referidos circular 7
emiti o juízo público s/a política
do U Gov. O q̄ natural/ ã posso
deixar de fazer agora. Mas o
Gov. tem obvio/ medo de quem
se apresenta ao mundo c/ uma
visão q̄ já ultrapassou os métodos e
idéias do 1.º metade do século.

e) As provas fornecidas pela circular
em questão ~~foram~~ são um exemplo
da opacidade (mental e a falta de
tacto diplomático de quem as elab-
borou. Os textos referidos, são os
seguintes:

em entrevista said
a 3 Jan e concedid a
29 Dez



f) É-me difícil acreditar q
alg diplomata inteligente tenha
deixado de tirar as conclusões
q se impõem do q em causa.

Face-se sabendo q já o Gov. e o
MNE n tencionam ^{medidas} prender quem é
diferente. Mas q sentido tem sendo
o de perseguir a frase do último
período?

Importa notar q já a assinatura

Fundação Cuidar o Futuro

